



COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE

Resolução CNMP nº 145, de 14/06/2016
Emenda Regimental nº 20, de 25/02/2019

ATA DE REUNIÃO

Data: 28/01/2020, às 16:00 horas

Local: Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, em Brasília/DF

PARTICIPANTES:

CNMP: **Tarcila Santos Britto Gomes e Vanessa Goulart Barbosa**, membras auxiliares da Comissão do Meio Ambiente (CMA) do CNMP

CNJ: **Igor Caires Machado**, Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ; **Thatiane de Moraes Rosa**, Servidora de Apoio à Pesquisa; **Thawyo Wanderley Brandão Rosenthal**, Analista da Seção de Gestão Socioambiental; Juiz Auxiliar do CNJ; Estatístico

No dia 28 de janeiro de 2020, às 16 horas, foi realizada reunião com os participantes acima relacionados.

Aberta a reunião, **as membras da CMA** afirmaram que um dos eixos que a comissão pretende trabalhar nos anos de 2020/2021 é a sustentabilidade no âmbito interno das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro. Acrescentaram que se encontra em andamento proposta de recomendação do CNMP para implementação de política de sustentabilidade para o Ministério Público e criação de unidades de gestão socioambiental (nos moldes da Resolução CNJ nº 201/2015), que aguarda julgamento, sendo necessária a implantação de sistema para coleta e monitoramento das informações de gastos e consumos das unidades do MP, razão pela qual pretendem assinar um termo de cooperação técnica entre o CNMP e o CNJ.

Os **servidores do CNJ** informaram que possuem sistema para coleta e monitoramento dos dados de gastos e consumos dos Tribunais do país e esclareceram que a gestão negocial do sistema é de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), ao passo que a responsabilidade da gestão técnica é do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), cujo coordenador é Tiago Vieira e o servidor é Marcelo Paiva. Por sua vez, a unidade responsável por alimentar os dados de consumo e gastos do CNJ no sistema é Seção de Gestão Socioambiental, cujo responsável é o Analista Rosenthal, presente nesta reunião.

Acrescentaram que os dados consolidados de todos os Tribunais e do CNJ são de acesso público no portal www.paineis.cnj.jus.br (unidade socioambiental), podendo ser consultado por ano,



por tribunal e por categoria.

Declararam que adotaram estratégias para incentivar as unidades a informar os dados no sistema, como por exemplo, alteraram uma das Resoluções que regulamentam o Prêmio CNJ de Qualidade, para conferir pontuação aos itens socioambientais, além de terem realizado workshops estaduais ou regionais com os servidores responsáveis pela alimentação dos dados e também divulgaram a política de sustentabilidade pelos Conselheiros no Encontro Nacional do Poder Judiciário e outros eventos destinados aos Magistrados.

Afirmaram que existe uma comissão gestora do PLS – Plano de Logística Sustentável do Judiciário, bem como que a Resolução 201/2015 será alterada por proposta em andamento. Asseveraram que, na nova gestão do Ministro Toffoli, foram criadas 13 comissões com 3 conselheiros cada, sendo que a Comissão de Sustentabilidade, responsável pela alteração, é presidida pela Conselheira Ivana Farina.

Também disseram que já existe um termo de cooperação técnica assinado entre o CNJ e o CNMP que possibilita o intercâmbio do sistema.

Por sua vez, **as membras da CMA** afirmaram que vão providenciar uma reunião com os servidores de TI do CNMP e do CNJ para avançarem nas tratativas de intercâmbio do sistema.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) Designar reunião com a Conselheira do CNJ e Presidente da Comissão de Sustentabilidade Ivana Farina;
- 2) Designar reunião com os servidores do DTI do CNJ e da STI do CNMP para tratar do compartilhamento do sistema.

A reunião foi encerrada às 17 horas.

Vanessa Goulart Barbosa
Membra Auxiliar da CMA-CNMP

Tarcila Santos Britto Gomes
Membra Auxiliar da CMA-CNMP